

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 042/2021 **SESSÃO ORDINÁRIA** **04/10/2021 (SEGUNDA-FEIRA) - 17:30 HORAS**

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 056/2021 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**
- Dispõe sobre a obrigatoriedade de as locadoras de veículos automotores disponibilizarem automóveis adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**. Processo nº 15750.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 149/2021 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS E VEREADORES** - Denomina de "Professor Manoel Costa Carnahyba", o espaço Braile localizado na Biblioteca do Centro Cultural de Rio Claro. Processo nº 15859.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 094/2020 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Denomina de "Praça JOÃO BUENO DE MORAES", o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da Rua 09-A, Bairro São Miguel. Parecer Jurídico nº 094/2020 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 130/2021 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 121/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 117/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 106/2021 - pela aprovação. Ofício GPC. 1147/2021. Processo nº 15653.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 171/2021 - PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MONACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Revoga o Inciso IV do Artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009. Parecer Jurídico nº 171/2021 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 132/2021 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 141/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 115/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio-Ambiente nº 024/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 099/2021 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 104/2021 - pela aprovação. Processo nº 15883.

+++++

01

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 056/2021

PROCESSO Nº 15750

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a obrigatoriedade de as locadoras de veículos automotores disponibilizarem automóveis adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

Artigo 1º - Os estabelecimentos sediados no Município de Rio Claro que ofertem para locação veículos automotores, ficam obrigados a disponibilizar veículos adaptados ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Artigo 2º - Os estabelecimentos referidos no Artigo 1º deverão disponibilizar ao menos 1 (um) veículo adaptado ao uso de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.

Parágrafo Único - Caso o estabelecimento tenha frota inferior a 20 (vinte) veículos, deverá disponibilizar ao menos 1 (um) veículo adaptado.

Artigo 3º - O descumprimento do disposto no Artigo 2º, *caput* e Parágrafo Único, sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de 700 UFMRC, a reincidir em periodicidade mensal, caso persista o descumprimento.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Artigo 5º - As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 27/09/2021 -
Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Emenda Supressiva ao Projeto nº056/2021

(SUPRIME O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 056/2021)

Rio Claro, 29 de setembro de 2021.


José Pereira dos Santos

Presidente

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 149/2021

PROCESSO Nº 15859

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Denomina de “Professor Manoel Costa Carnahyba”, o espaço Braile localizado na Biblioteca do Centro Cultural de Rio Claro).

Artigo 1º - Fica denominado de “Professor Manoel Costa Carnahyba”, o espaço Braile localizado na Biblioteca do Centro Cultural, com endereço à Rua 02 (dois) nº 2.880, Bairro Vila Operária.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 27/09/2021 - 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 094/2020

Denomina de “Praça JOÃO BUENO DE MORAES”, o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel.

Artigo 1º - Fica denominado de “Praça JOÃO BUENO DE MORAES”, o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel).

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 24 de setembro de 2020.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Vereador “Julinho Lopes”
Líder dos Progressistas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
"JOÃO BUENO DE MORAES"

MATRÍCULA:
1.15543 01 55 2012 4 00134 239 0067484-16

SEXO
MASCULINO

COR
BRANCA

ESTADO CIVIL E IDADE
VIÚVO - 68 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE
IPEUNA-SP

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
RG 3324292

ELEITOR
SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

José Bueno de Moraes e Lioneta Barbieri Moraes
RESIDENTE NA RUA 9-A, Nº 2644, SÃO MIGUEL, RIO CLARO, SP

DATA E HORA DO FALECIMENTO

DEZESSETE DE MARÇO DE DOIS MIL E DOZE - ÀS 22:04 H

DIA MES ANO
17 03 2012

LOCAL DE FALECIMENTO

NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA, EM RIO CLARO, SP

CAUSA MORTE

CHOQUE CARDIOGÊNICO, HIOCARDIOPATIA DILATADA, P.O.I. HEMORRÁGICA, INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA (MORTE NATURAL)

SEPULTAMENTO/CRENAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)
SÃO JOÃO BATISTA, EM RIO CLARO, SP

DECLARANTE
JOÃO RICARDO SAVOY BUENO DE MORAES

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
Dra. PATRICIA MARGUES BIGHETTI- CRM- 56.572

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

O finado era viúvo de Clélia Maria Savoy de Moraes, com quem se casara em Rio Claro, SP, aos 27/01/1972, era eleitor, deixou bens à inventariar sem deixar testamento, deixando os filhos: João Ricardo, com 37 anos, Fernando Henrique, com 34 anos, Carlos Eduardo, com 28 anos, Fabio Luis, com 39 anos. Nada mais consta.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
RIO CLARO, 20 de março de 2012

HAURÍDIO PEREIRA LIMA
OFICIAL SUBSTITUTO

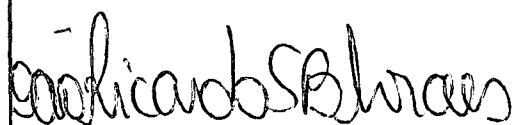
PRIMEIRA VIA
ISENTO DE EMOLUMENTOS

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede
Paulo Fernando Pires da Silveira - OFICIAL
Município e Comarca de Rio Claro - Estado de São Paulo
Rua 5, nº 540 - Centro - Rio Claro/SP - CEP: 13500-040
Fone: (19) 3524-5070 - Fax: (19) 3524-5070 - e-mail: ccrcl@terra.com.br

DECLARAÇÃO

A família do **Senhor JOÃO BUENO DE MORAES**, representada pelo seu filho **JOÃO RICARDO SAVOY BUENO DE MORAES**, **DECLARA** que é com grande honra e orgulho que aceita a homenagem de denominação de logradouro localizada na Avenida Ulisses Guimarães, confluência da rua 9-A, bairro São Miguel, através da iniciativa do **Vereador JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU (JULINHO LOPES)**.

Rio Claro, 2 de Junho de 2020.



JOÃO RICARDO SAVOY BUENO DE MORAES

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 94/2020 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 94/2020 - PROCESSO Nº 15653-129-20.


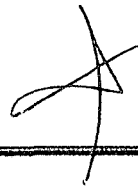
Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 94/2020, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que denomina de “Praça JOÃO BUENO DE MORAES” o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). Foi juntada aos autos a Certidão de Óbito do homenageado.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).

3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.


08

Câmara Municipal de Rio Claro

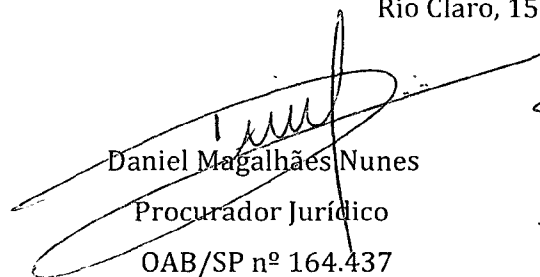
Estado de São Paulo

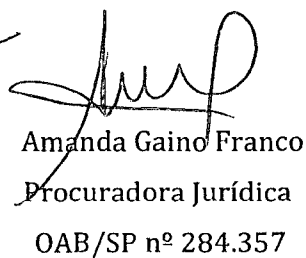
Portanto, a Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja expedido ofício ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel possui denominação própria e se está devidamente concluído.

Outrossim, com a resposta do Poder Executivo afirmando que a área não possui denominação, bem como que está devidamente concluída, o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.

Rio Claro, 15 de outubro de 2020.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 094/2020

PROCESSO Nº 15653-129-20

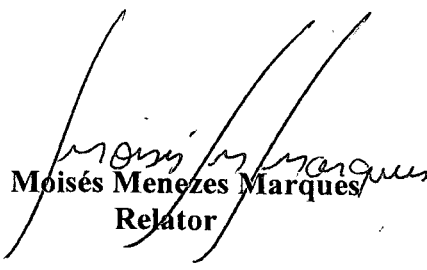
PARECER Nº 130/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Denomina de “Praça JOÃO BUENO DE MORAES”, o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 30 de agosto de 2021.


Pr. Diego Garcia Gonzalez
Presidente


Moisés Menezes Marques
Relator

Dermeval Nevoeiro Demarchi
Membro

COPIA - ORIGINAL

015612021 00301

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 094/2020

PROCESSO Nº 15653-129-20

PARECER Nº 121/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Denomina de “Praça JOÃO BUENO DE MORAES”, o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel.


A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, acata a opinião da Procuradoria Jurídica, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 08 de setembro de 2021.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente

Rafael Henrique Andreetta
Relator



Sérgio Montenegro Carnevale
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 094/2020

PROCESSO Nº 15653-129-20

PARECER Nº 117/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Denomina de "Praça JOÃO BUENO DE MORAES", o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 16 de setembro de 2021.



Thiago Yamamoto
Presidente



Irander Augusto Lopes
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 094/2020


PROCESSO Nº 15653-129-20

PARECER Nº 106/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Denomina de "Praça JOÃO BUENO DE MORAES", o logradouro localizado na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da rua 9-A, bairro São Miguel.

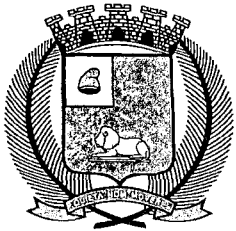
A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de setembro de 2021.


Adriano La Torre
Presidente


Geraldo Luís de Moraes
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 04 de agosto de 2021

Ofício G.P.C: nº 1147 /2021

Senhor Presidente,

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência a informação prestada pela nossa Secretaria Municipal, em resposta ao Projeto de Lei de Nº 094/2020. (Documentos anexos).

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Gustavo Ramos Perissinotto

Prefeito de Rio Claro-SP

Exmo. Sr.

José Pereira dos Santos

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro.

Rua 3, 945, Centro.

CEP: 13.500-907, Rio Claro-SP

Fone: (19) 3526-7207 - E-mail : gabinete@prefeiturarc.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

27/08/2021 10:25



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
Estado de São Paulo - CNPJ 45.774.064/0001-88

quadrados, com as informações de acordo com listagem espeelho nº 1 e croqui nº 2 em anexo. Não consta informação sobre a denominação da quadra poliesportiva;

- Projeto de Lei nº **084/2020** – não existe área verde no endereço informado, favor apresentar imagem (Google) do local;
- Projeto de Lei nº **091/2020** – referente à área verde localizada na Rua 27, entre Avenidas 60 e 62, Jardim Panorama, existe apenas a denominação do Ginásio Poliesportivo que se encontra no mesmo lote, "Antonio Alves Paixão", conforme a Lei 3380 de 24 de Novembro de 2003.
- Projeto de Lei nº **094/2020** – referente à área localizada na Avenida Ulisses Guimarães, na confluência da Rua 9-A, bairro São Miguel, trata-se de uma área que foi expropriada para construção do Anel Viário, conforme Decreto 3035 de 20 de Junho de 1984, portanto não pode ser denominada como 'praça'.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Jessica Guolo Dias
Assistente de Gestão Municipal



DO: Cadastro Imobiliário.

A: Procuradoria Geral do Município

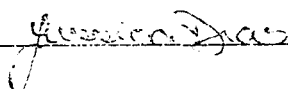
Processo nº: 15.746/2021

Enviamos o presente processo e com relação ao requerido, referente ao Projeto de Lei nº 094/2020, conforme já respondido através do Ofício SMO nº 67 (resposta da página 5 deste processo), a área em questão não é caracterizada como praça, visto que a quadra foi expropriada para a construção do Anel Viário, portanto não há registro e nem denominação.

Segue cópia das informações contidas em nossos arquivos.

Atenciosamente,

Rio Claro, 02 de Agosto de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE RIO CLARO

CODIGO DE PROCESSAMENTO
NUMERO 1 00

ALFABETIZACAO
QUADRO ZONA SETOR QUADRO

2 02 02 005 010

03-08-81
OUTRAS INSCRIÇÕES

1-0028- VC-0001-

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
COMPROSSANTE

LOCAL DO IMÓVEL

RUA 9-A - V. 90 A. E. S.

2787

RUA 8

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EXISTENTES NO LOGRADOURO

REDE DE AGUA	REDE DE ESGOTO	REDE ELÉTRICA	TRANSPORTE COLETIVO	COLETA DE LIXO	CONSERVAÇÃO DE LOGRAD.	ARREZACAO	GUIAS	SAR ETAS	LUMINACAO
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO POSSUI

LOCAL DO LOTE	Ocupação	PATRIMÔNIO	LADO	PROTEÇÃO	PARCELA
ESQUINA	NÃO EDIFICADO	PARTICULAR		NÃO POSSUI	TERRA

EQUIPAMENTOS NA UNIDADE

DADOS DA CONSTRUÇÃO

REDE DE AGUA	REDE DE ESGOTO	REDE ELÉTRICA	TRANSPORTE COLETIVO	COLETA DE LIXO	CONSERVAÇÃO DE LOGRAD.	ARREZACAO	GUIAS	SAR ETAS	LUMINACAO

DADOS DA CONSTRUÇÃO

UTILIZACAO	REVEST. EXTERNO	REVEST. INTERNO	ACAB. EXTERNO	ACAB. INTERNO

DADOS DA CONSTRUÇÃO

INSTALACAO ELÉTRICA	INSTALACAO SANITARIA	ESQUADRAS	COBERTURA	CONSERVACAO	ANO DE CONSTRUÇÃO

TESTADAS EM METROS LINEARES

ÁREAS EM M²

FRENTE	FUNDOS	LADO DIREITO	LADO ESQUERDO	TERRENO	CONSTRUÇÃO
2,71	20,43	40,00	43,78	462,80	

CLASSIFICAÇÃO

CATEGORIA

PRACA IDEAL

BACIA 10

OBSERVAÇÕES.

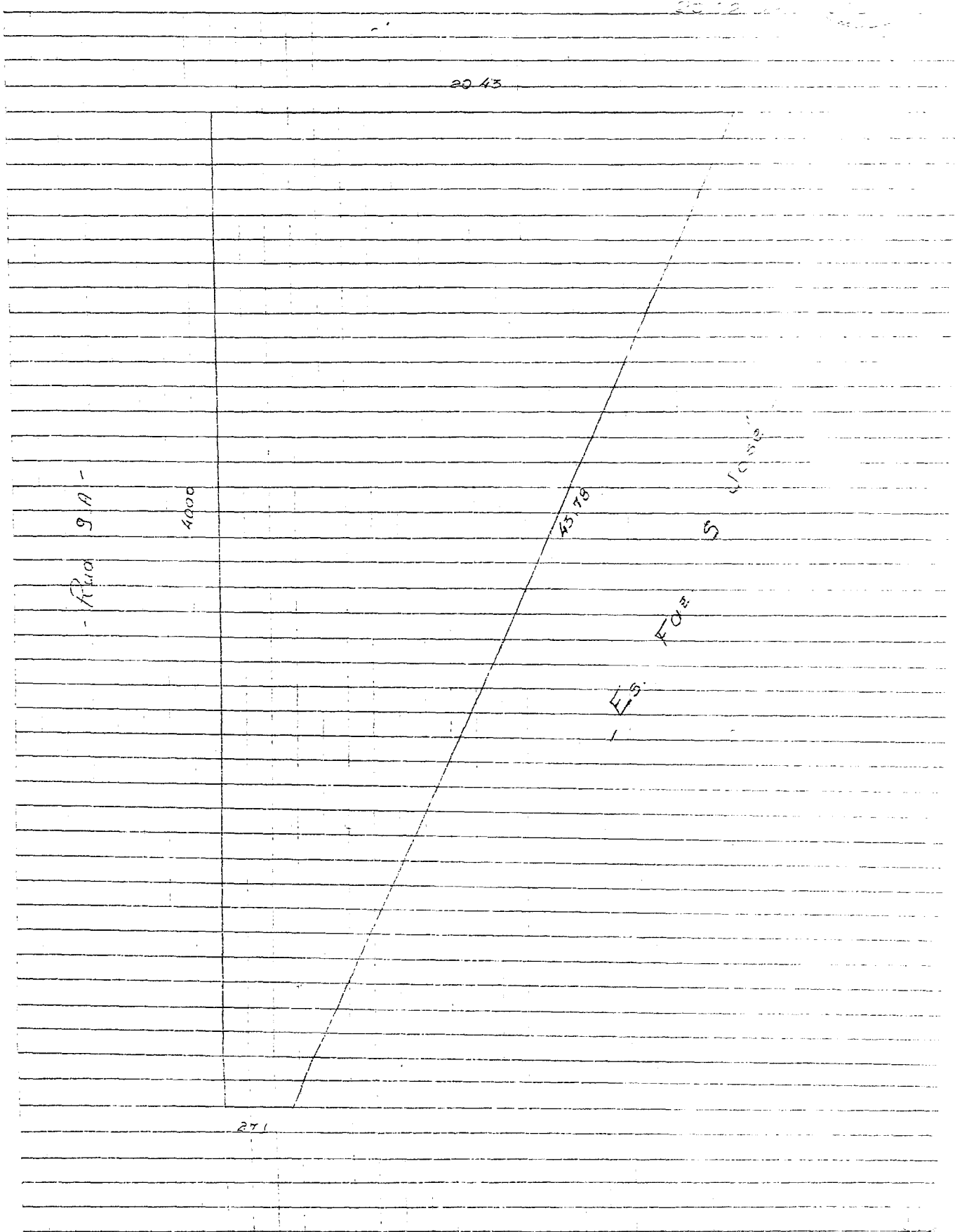
VALORES P/LANÇAMENTO 1.981
ZONA - G V.P/M2 TER. - 80,00 V.P/M2 CONST. -
TEST. P/TAXA - 010 V.P/M2 EDIC. -

Escritura de desapropriação
LAVADO 2º Cortado de Notas, Livro 621
1/5 165 1º C. de 200

ATUALIZAÇÃO CADASTRO

VALORES

Qua d'ra de desapropriação
p/ construção de prédio
Dec 3035 de 20/6/84.
Processo nº 7177/83



DA PROCURADORIA GERAL
AO GABINETE DO PREFEITO

Consulta o Nobre Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro sobre a situação jurídica de área localizada na confluência da Rua 9-A com a Avenida Ulysses Guimarães, no bairro São Miguel, em razão do contido no Projeto de Lei nº 094/2020.

Compulsando os autos, verificamos que a área indicada se apresenta como remanescente de desapropriação realizada para abertura de vias públicas, se exibindo como um canteiro central, urbanizado na forma de praça, com o plantio de grama e indivíduos arbóreos.

No mesmo sentido, foi recentemente denominada de "Praça Rotatória OAB Rio Claro", área utilizada com canteiro central, derivada de desapropriação para abertura do Anel Viário que dá acesso ao novo Fórum.

Nesse sentido, não há óbice legal para que se dê continuidade na aprovação do Projeto de Lei nº 094/2020, a fim de dar nome àquele área pública.

Rio Claro, 03 de agosto de 2021.

ALESSANDER KEMP MARRICHI
Assessor da Secretaria dos Negócios Jurídicos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

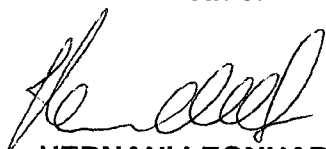
Artigo 1º - Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 12 de agosto de 2021.

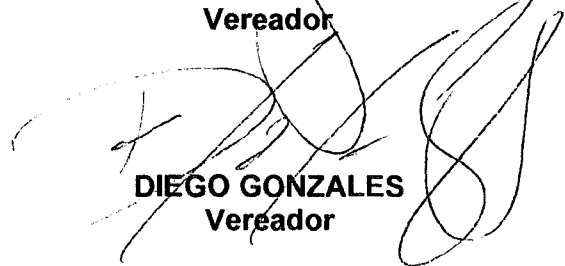


PAULO MARCOS GUEDES
Vereador



HERNANI LEONHARDT
Vereador

VAGNER BAUNGARTNER
Vereador



DIEGO GONZALES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

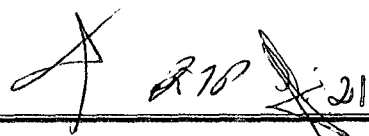
PARECER JURÍDICO Nº 171/2021 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 171/2021 - PROCESSO Nº 15883-201-21.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 171/2021, de autoria dos nobres Vereadores Paulo Marcos Guedes, Vagner Baungartner, Hernani Leonhardt e Diego Gonzales, que revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

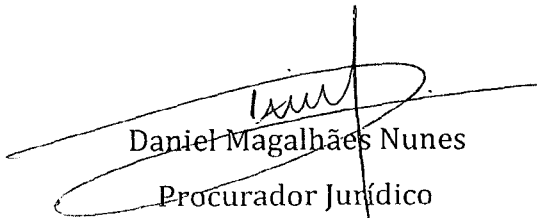
Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.


Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

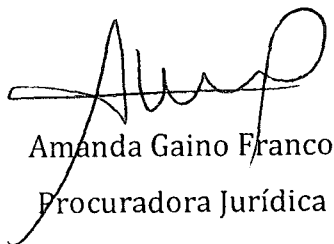
No caso ora analisado, o projeto de lei revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 26 de agosto de 2021.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

PROCESSO Nº 15883-201-21

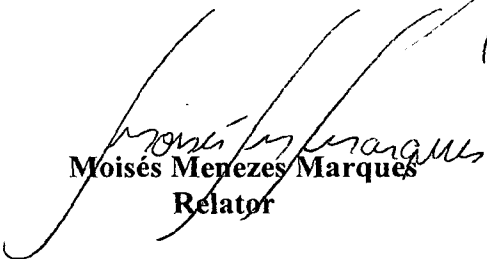
PARECER Nº 132/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 30 de agosto de 2021.


Pr. Diego Garcia Gonzalez
Presidente


Moisés Menezes Marques
Relator

Dermeval Nevoeiro Demarchi
Membro

15/09/2021

15/09/2021

23

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 171/2021


PROCESSO Nº 15883-201-21

PARECER Nº 141/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 20 de setembro de 2021.


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente

Rafael Henrique Andreeta
Relator


Sérgio Montenegro Carnevale
Membro

Carnevale Sérgio

Andreeta Rafael

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

PROCESSO Nº 15883-201-21

PARECER Nº 115/2021

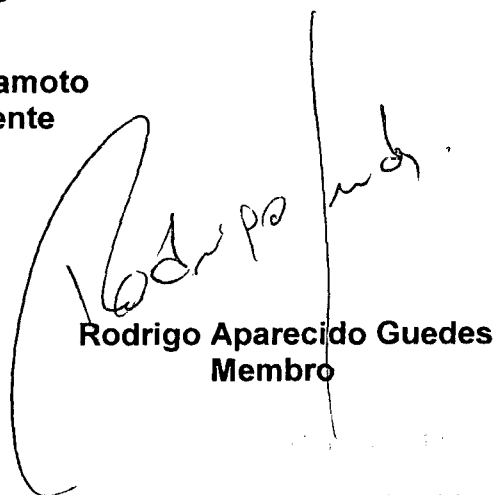
O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 21 de setembro de 2021.


Thiago Yamamoto
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator


Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO,
POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE**

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

PROCESSO Nº 15883-201-21

PARECER Nº 024/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 22 de setembro de 2021.


JOSE JÚLIO LOPES DE ABREU
Presidente


ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA
Relator


CAROLINE GOMES FERREIRA
Membro

Assinada em nome da Comissão
em 22/09/2021 às 14h30min
por CAROLINE GOMES FERREIRA

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

PROCESSO Nº 15883-201-21

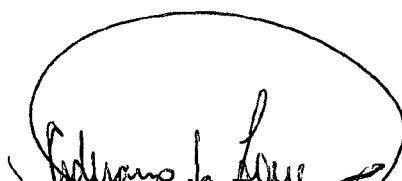
PARECER Nº 099/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 22 de setembro de 2021.


Sivaldo Rodrigues de Oliveira
Presidente


Adriano La Torre
Relator


Vagner Aparecido Baungartner
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 171/2021

PROCESSO Nº 15883-201-21

PARECER Nº 104/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **PAULO MARCOS GUEDES, VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E DIEGO GARCIA GONZALEZ**, Revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 3982/2009.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de setembro de 2021.


Adriano La Torre
Presidente


Geraldo Luis de Moraes
Relator


Paulo Marcos Guedes
Membro